

Relatório de monitoramento da letalidade e vitimização policial

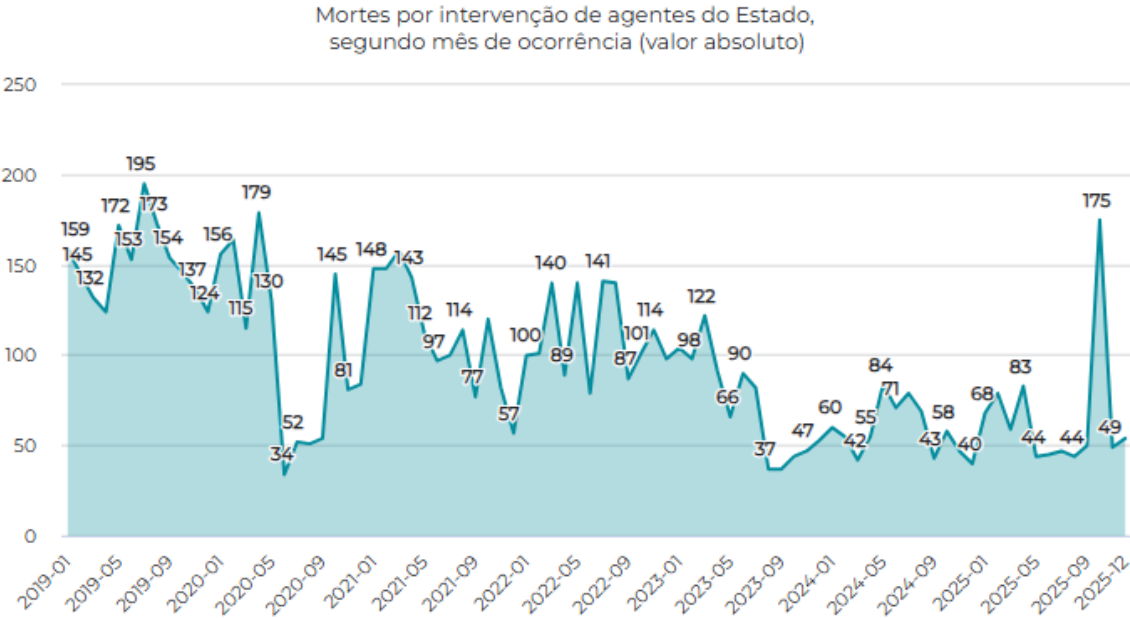
Dados até dezembro/2025

1. Introdução

Este relatório integra os esforços do Comitê de Monitoramento das Decisões da ADPF 635, que busca fortalecer as condições de segurança pública, com foco na redução da violência. A iniciativa tem como objetivo contribuir para a diminuição da letalidade policial e para a melhoria da segurança nas favelas, a partir do acompanhamento sistemático de indicadores.

2. Mortes por intervenção de agentes do Estado

O gráfico confirma a tendência de queda das mortes por intervenção de agentes do Estado ao longo da série histórica, sobretudo a partir de 2021, com 2025 apresentando, em geral, patamares inferiores aos do início do período analisado. Em 2024, a média mensal foi de aproximadamente 59 mortes, com oscilações ao longo do ano, mas sem episódios extremos, configurando um padrão relativamente estável. Em 2025, contudo, esse padrão é tensionado por um pico excepcional em outubro, quando foram registradas 175 mortes, valor significativamente superior aos demais meses e destoante do comportamento recente da série. Esse aumento está diretamente associado à megaoperação policial deflagrada em 28 de outubro de 2025 nos complexos do Alemão e da Penha, que mobilizou milhares de agentes das polícias Civil e Militar e resultou em 117 mortes por intervenção policial, configurando o episódio mais letal já registrado no estado.



Trata-se, portanto, de um desvio relevante (outlier), capaz de inflar a média anual: considerando todos os meses de 2025, a média mensal foi de aproximadamente 66 mortes, enquanto, ao excluir outubro, cai para cerca de 57 mortes, uma redução de aproximadamente 17,5% e valor muito próximo ao observado em 2024. Assim, sem o evento atípico de outubro, 2025 manteria um padrão semelhante ao de 2024, compatível com a trajetória recente de redução da letalidade policial, sem evidências de reversão estrutural da tendência histórica.

No ano atual, o Rio de Janeiro registrou 797 mortes decorrentes de intervenção de agentes do Estado, representando um aumento de 13% em relação ao ano anterior. A taxa de 0,38 mortes por 100 mil habitantes indica um nível ainda elevado de letalidade policial, refletido também no fato de que 20,5% de todas as mortes violentas no estado resultaram de ações de agentes públicos — proporção significativa no contexto da segurança pública. Embora o estado apresente o 2º maior número absoluto desse tipo de ocorrência entre as 27 unidades federativas, sua posição cai para o 6º lugar quando considerada a taxa por 100 mil habitantes, sugerindo que, apesar do grande volume absoluto de casos, outros estados apresentam níveis proporcionais ainda mais críticos.

Principais indicadores (Janeiro a Dezembro de 2025):

Mortes por intervenção de agentes do Estado no ano atual: **797**

Variação em relação ao ano anterior: **13,4%**

Taxa por 100 mil habitantes: **0,38**

Proporção de mortes por intervenção de agentes do Estado na letalidade violenta: **20,5%**

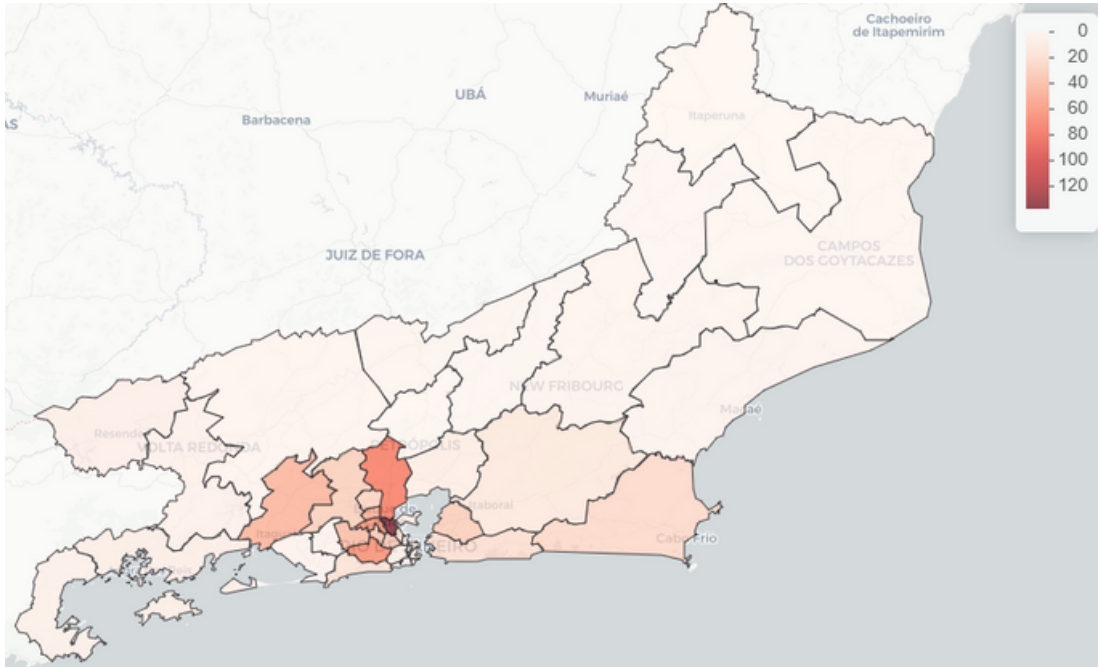
Posição do RJ entre as demais UF (valor absoluto): **2º maior entre 27 UF**

Posição do RJ entre as demais UF (taxa / 100 mil hab.): **6º maior entre 27 UF**

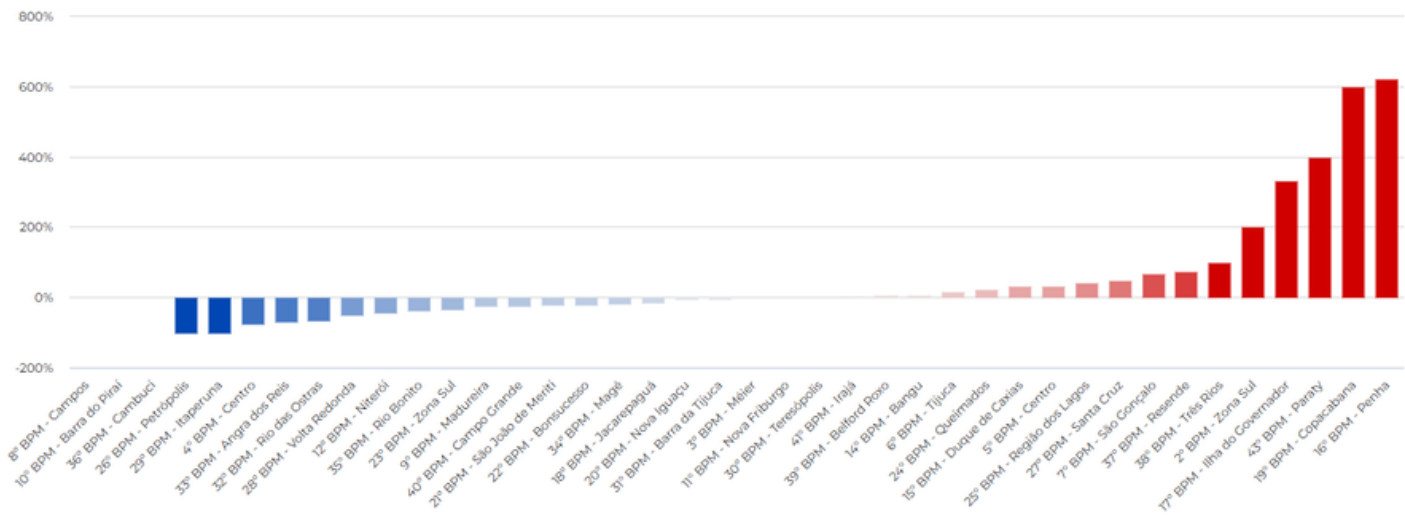
Pontos de atenção

A distribuição das mortes por intervenção de agentes do Estado no ano atual evidencia concentração em áreas específicas, com destaque para o 16º BPM (Penha), que registrou 137 ocorrências em 2025. O 15º BPM (Duque de Caxias), com 72 ocorrências e o 18º BPM (Jacarepaguá), com 62, completam os três batalhões com os maiores números entre as unidades analisadas.

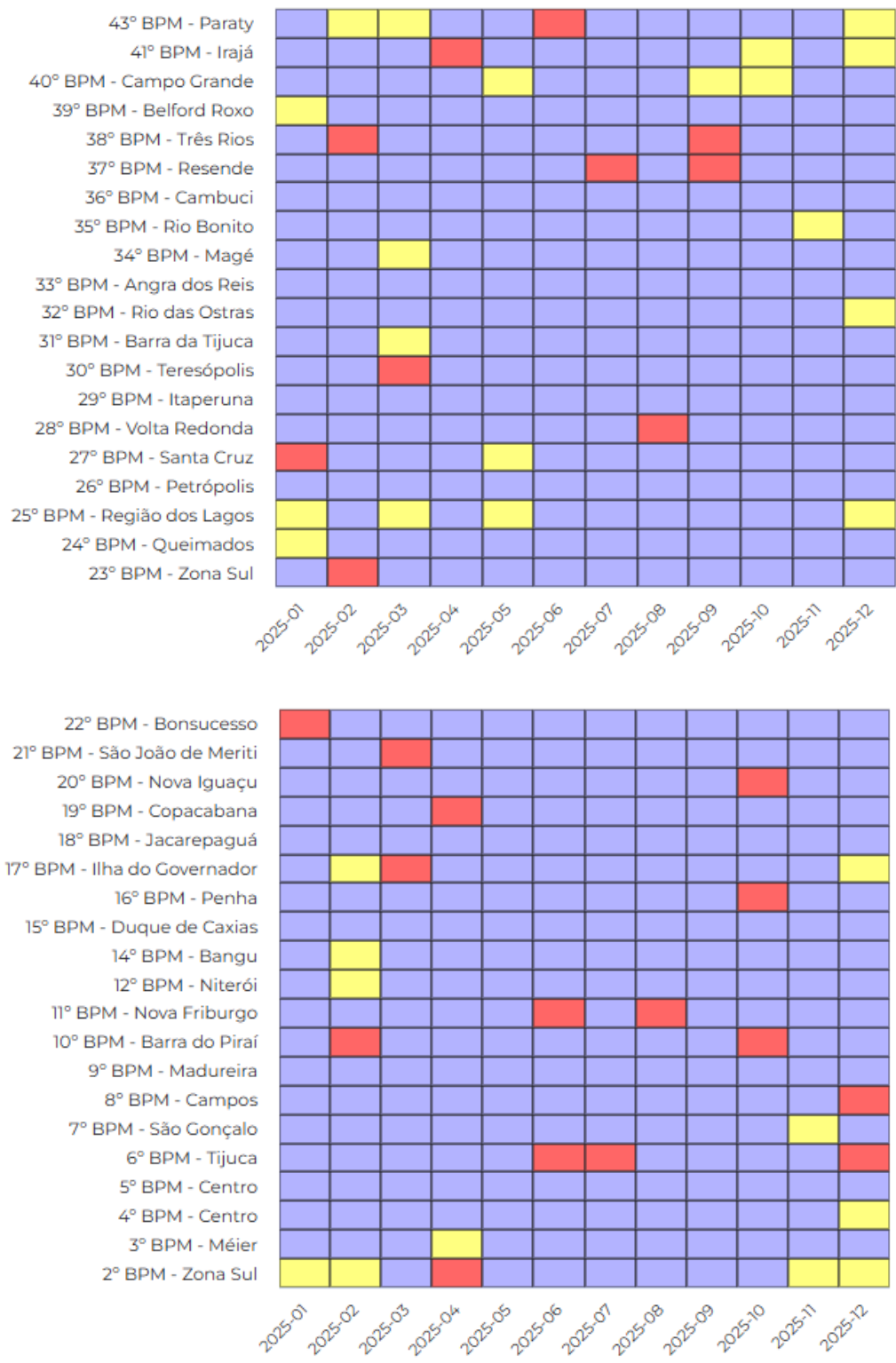
Mortes por intervenção de agentes do Estado por AISP
Janeiro a Dezembro de 2025



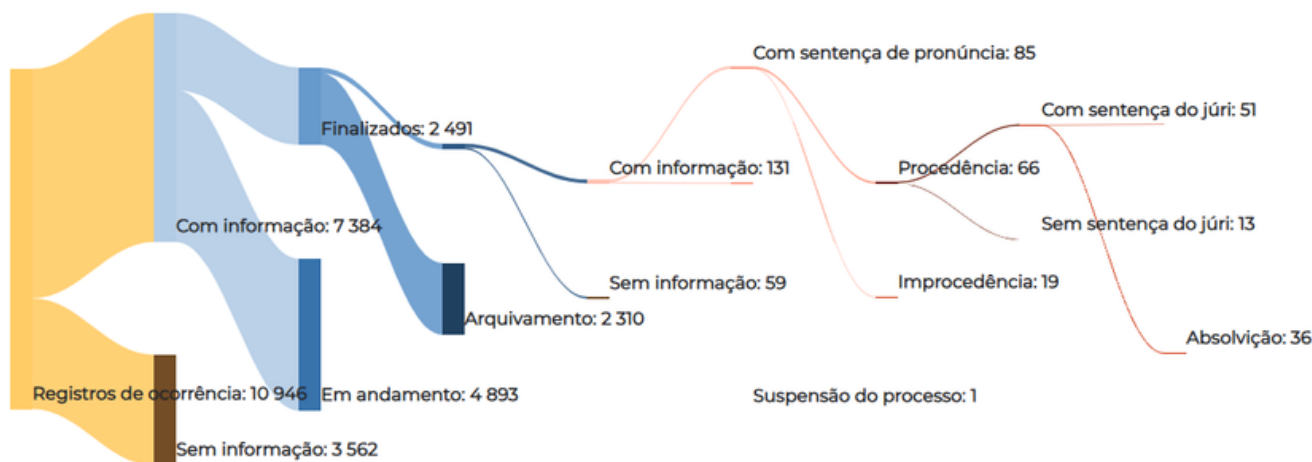
Outra forma de identificar pontos de atenção é observar a variação anual no acumulado de mortes por intervenção de agentes do Estado. Comparando janeiro a dezembro de 2025 com o mesmo período de 2024, destacam-se aumentos expressivos em algumas áreas. A maior variação observada, de 621%, ocorreu no 16º BPM (penha). O 17º BPM (Ilha do Governador) registrou um salto de 3 para 13 ocorrências, mais que quadruplicando o total. Na Região dos Lagos (25º BPM), houve crescimento de 17 para 24 mortes, enquanto o 24º BPM (Queimados) passou de 36 para 44 ocorrências, indicando elevação relevante.



Uma forma de identificar quando uma AISP se desvia de seu comportamento típico é observar o desvio em relação à sua média histórica. Nesse sentido, em outro, a AISP 20 (Nova Iguaçu) registrou 9 mortes por intervenção de agentes do Estado, um número acima da média mensal dessa área.

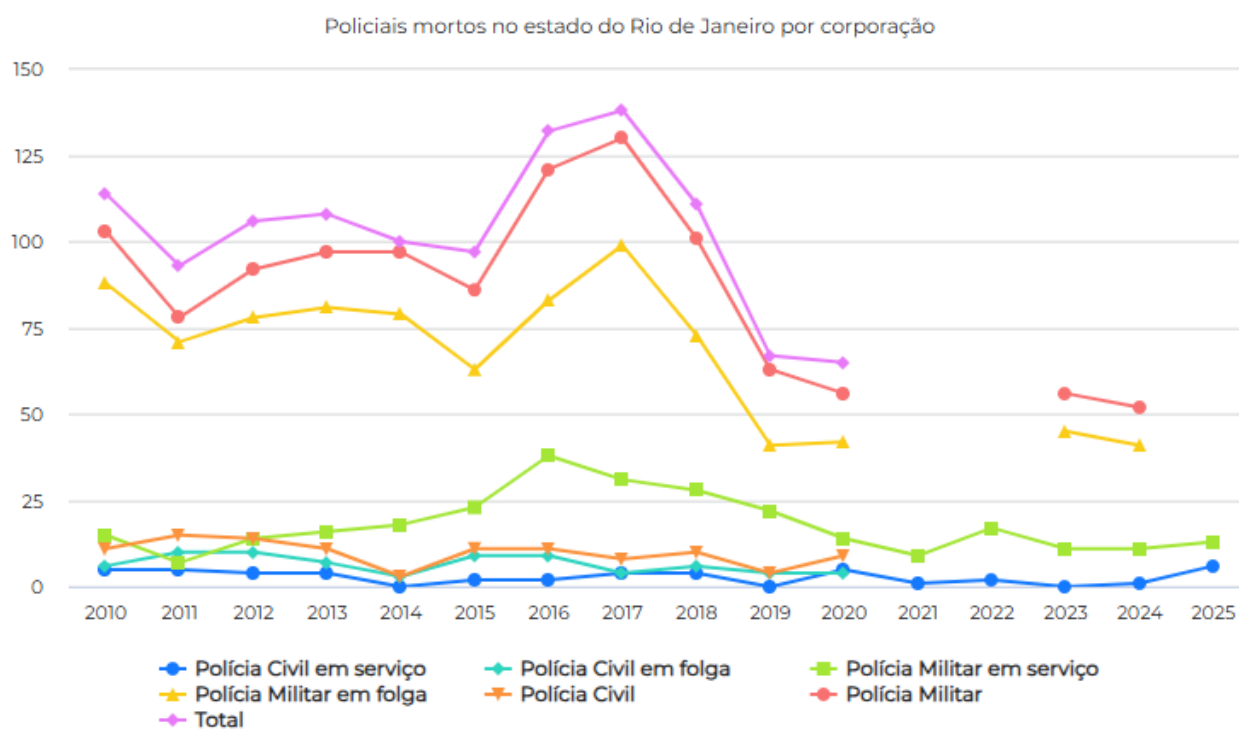


O acompanhamento do processamento das mortes por intervenção de agentes do Estado ao longo do fluxo do sistema de justiça criminal permite observar o caminho institucional desses registros. No exercício realizado, foram monitoradas quase 11 mil ocorrências registradas entre 2006 e 2019, acompanhadas até 30/06/2020. Desse total, 182 casos — aproximadamente 1,7% — avançaram para o Tribunal de Justiça com denúncia apresentada pelo Ministério Público, e 51 chegaram a uma sentença no Tribunal do Júri. Esses resultados demonstram o volume de casos que seguem até as etapas finais do processo judicial e reforçam a importância de atualizar a base de informações, permitindo acompanhar a situação atual e compreender a dinâmica de tramitação desses eventos no sistema de justiça.

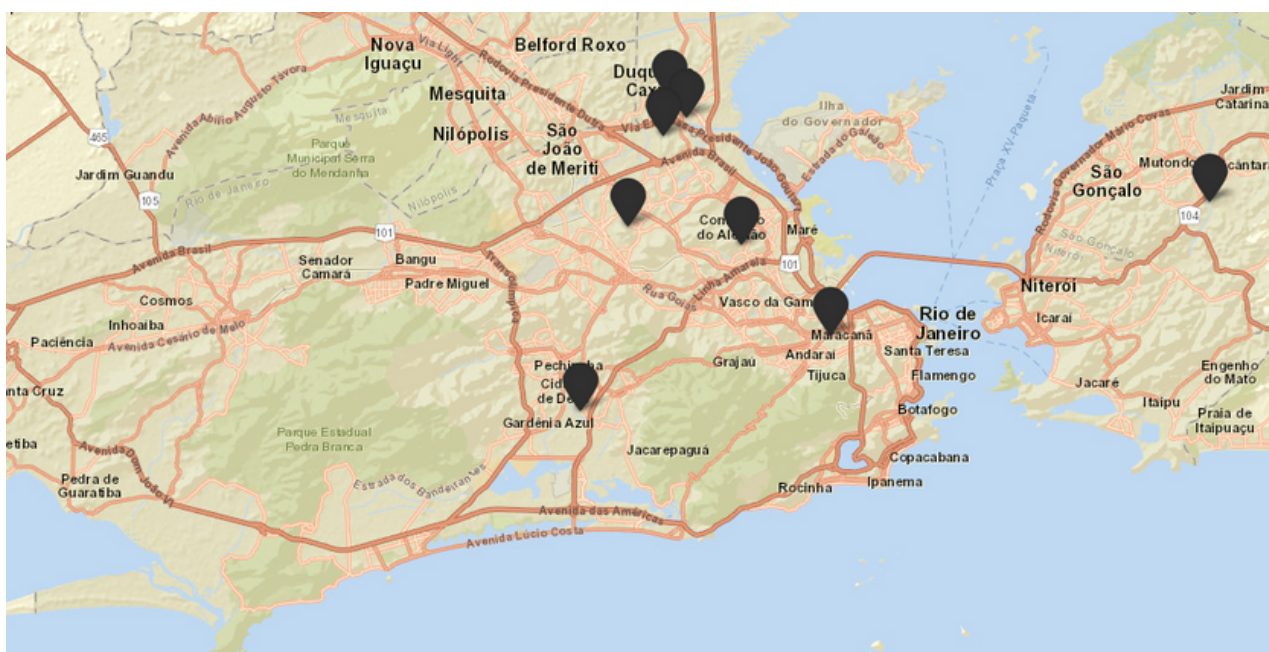


3. Vitimização policial

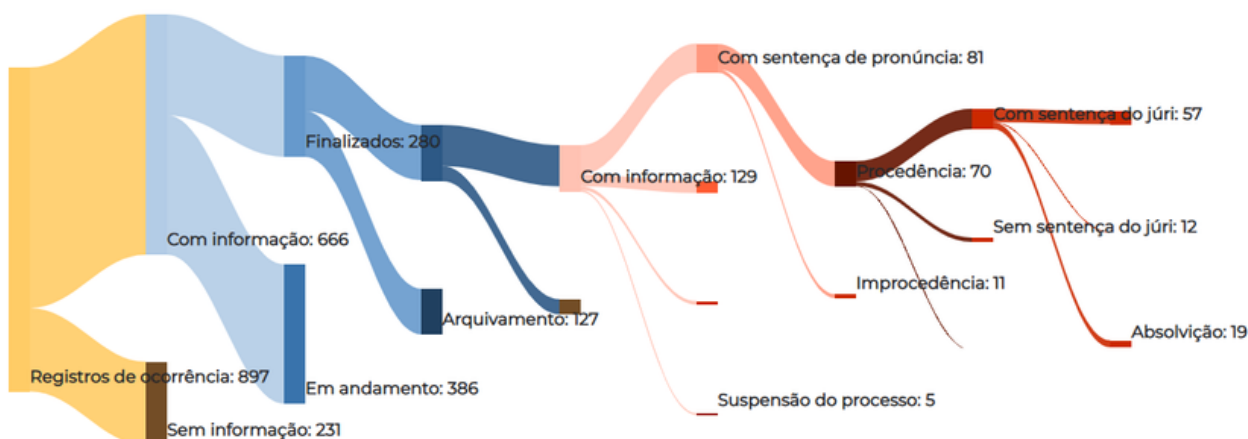
A série histórica de vitimização policial no Rio de Janeiro permite acompanhar o número de policiais mortos por instituição (Polícia Militar e Polícia Civil) e por circunstância (em serviço ou em folga). Até 2020, era possível monitorar os óbitos ocorridos fora de serviço, mas essa informação deixou de ser divulgada a partir desse ano. O pico da série ocorreu em 2017, quando foram registradas 138 mortes de policiais, sendo 130 da Polícia Militar e 8 da Polícia Civil. Em 2025, houve 19 mortes de policiais em serviço. O Rio de Janeiro se destaca ainda por ser a unidade da federação com o maior número absoluto de policiais mortos.



Uma das estratégias para o monitoramento da violência policial é a visualização de dados geoespaciais. A proposta consiste em plotar em um mapa interativo a geolocalização exata (latitude e longitude) de cada ocorrência de vitimização policial registrada. O pilar fundamental para o sucesso dessa visualização é o acesso aos dados. Atualmente, essas informações não são públicas.



Assim como nos casos de mortes por intervenção de agentes do Estado, é possível acompanhar o processamento no fluxo de justiça criminal das ocorrências de vitimização policial.



4. Nota metodológica

Fonte de dados

Dados estaduais do Rio de Janeiro

Os dados estaduais utilizados neste painel foram obtidos a partir do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP). As informações abrangem indicadores oficiais de criminalidade e atividade policial no estado.

Fontes:

<https://www.ispdados.rj.gov.br/estatistica.html>

<https://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/BaseDPEvolucaoMensalCisp.csv>

Dados nacionais

Os dados nacionais foram obtidos a partir do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), mantido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Fontes:

Base de dados e notas metodológicas estaduais (SINESP VDE)

Dados nacionais de segurança pública – SENASP

Sobre este material

A elaboração deste painel é uma iniciativa do Leme – Laboratório para Redução da Violência, uma organização sem fins lucrativos dedicada à produção de evidências e à avaliação de políticas de prevenção e redução da violência no Brasil.

Para conhecer mais sobre o Leme, clique aqui.

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA LETALIDADE E VITIMIZAÇÃO POLICIAL - DEZEMBRO/2025

